

CONTRATO DE GESTÃO Nº 4322/2021-FMS

CONTRATO DE GESTÃO ESTABELECIDO ENTRE O **MUNICÍPIO DE GUARULHOS - SP**, ATRAVÉS DE SUA SECRETARIA DE SAÚDE E **INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA - INSV**, QUE TEM POR OBJETO A GESTÃO COMPARTILHADA DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DEMAIS AÇÕES DE SAÚDE A SEREM REALIZADAS NA **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO** e, QUE ASSEGURE ASSISTÊNCIA UNIVERSAL E GRATUITA À POPULAÇÃO, EM REGIME DE 24 HORAS/DIA.

Ao(s) **vinte e um** dia(s) do mês de **dezembro** do ano de 2021, o Município de Guarulhos, através de sua Secretaria Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Rua Íris, nº 300, neste ato representada por seu Secretário de Saúde Sr. Ricardo Rui Rodrigues Rosa, brasileiro, médico, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.355.446-5-SSP, inscrito no CPF sob o nº 066.120.808-76, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado o INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA - INSV, qualificada(o) como Organização Social no Município de Guarulhos, localizada na rua Dr. Sebastião Dias s/n, Oliveira dos Campinhos - Santo Amaro - Bahia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 13.824.560/0001-02, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por Valeriano José de Freitas Neto, brasileiro, advogado, inscrito (a) no Registro Geral de Pessoas - RG sob o nº 24.906.255-0, expedido pelo SSP, inscrito (a) no CPF sob o nº 438.205.495-87, estabelecem o presente **CONTRATO DE GESTÃO**, autuado no processo administrativo nº 35959/2020, que tem por objeto o Chamamento Público nº 01/2021 - DLC

CAPÍTULO I **DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este CONTRATO DE GESTÃO se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pela Lei Federal nº 9.637/1998, Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei nº 8.080/1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.508/2011, pela Lei Federal 8.666/93, no que se aplicar; Lei Municipal nº 7.545/2017, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 34.210/2017, e pelos Decretos Municipais nº 33.703/2016 e nº 33.912/2017, bem como pelos preceitos de direito público, pelas



disposições do **Edital de Chamamento Público** e de seus anexos, assim como pelas disposições deste **CONTRATO DE GESTÃO e de seus respectivos anexos**.

CAPÍTULO II **DO OBJETO**

CLÁUSULA SEGUNDA – Constitui objeto deste CONTRATO DE GESTÃO a gestão compartilhada da execução dos serviços e demais ações de saúde a ser realizada na *Unidade de Pronto Atendimento Taboão (UPA TABOÃO)*, que assegure assistência universal e gratuita à população, em regime de 24 horas/dia.

Parágrafo Primeiro – Constitui parte integrante do presente CONTRATO DE GESTÃO, seus anexos, relativo a unidade de saúde o qual refere o objeto deste, cujo conteúdo deverá ser observado tanto quanto o dispositivo descrito no corpo deste instrumento, no exercício de seu cumprimento, quais sejam:

ANEXOS DA UPA TABOÃO:

- a) **ANEXO I** – Plano de Trabalho da UPA Taboão.
- b) **ANEXO II** – Cronograma de Desembolso da UPA Taboão.
- c) **ANEXO III** – Planilha de Destinação dos Recursos Financeiros da UPA Taboão.
- d) **ANEXO IV** – Relação de Patrimônio da UPA Taboão.

Parágrafo Segundo: O objeto deste CONTRATO DE GESTÃO poderá ser acrescido e/ou suprimido no que se refere aos quantitativos e espécies de ações por ele regradas a serem executadas, na referida unidade de atendimento, observando-se sempre a manutenção da natureza, finalidade e identidade do objeto definido nos termos previstos pelo **Edital de Chamamento Público nº 01/21-DLC**.

CAPÍTULO III **DO PLANO DE TRABALHO**

CLÁUSULA TERCEIRA – O Plano de Trabalho relativo à unidade de saúde a que se refere este CONTRATO DE GESTÃO (ANEXO I), é parte integrante deste instrumento contendo as especificações e quantitativos das metas a serem atingidas, bem como as metas qualitativas, seus respectivos prazos e regime de execução, assim como a previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade.



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:45:27
+03'00'

CAPÍTULO IV DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA – O prazo de vigência deste CONTRATO DE GESTÃO será de 36 (trinta e seis) meses a contar de 21/12/2021

CAPÍTULO V DO VALOR GLOBAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA QUINTA – O valor global inicial deste CONTRATO DE GESTÃO é de R\$ 62.490.799,80(**Sessenta e dois milhões, quatrocentos e noventa mil, setecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos**).

Parágrafo Único – Para o exercício de 2021 é estimado o valor de **R\$ 578.618,52 (Quinhentos setenta e oito mil, seiscentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos)**, cuja despesa atenderá aos Programas de Trabalho (Anexo I), Natureza de Despesa 339039, Fonte 01, e, nos exercícios subsequentes, atenderá o Plano de Trabalho e os que o suceder, respeitado os valores descritos no Cronograma de Desembolso relativos a unidade de saúde a qual se refere o objeto deste CONTRATO DE GESTÃO (ANEXO II).

Dotação orçamentária:

1285 0791.1030200032.016.01.3100000.339039.001

CAPÍTULO VI DOS REPASSES E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA SEXTA – Para o cumprimento das metas e objetivos pactuados neste CONTRATO DE GESTÃO e seus Anexos, o valor global inicial é de R\$ 62.490.799,80(**Sessenta e dois milhões, quatrocentos e noventa mil, setecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos**), e será repassado à **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE** na forma e nas condições dos Cronogramas de Desembolso (ANEXO II), em 36 (trinta e seis) parcelas mensais no valor inicial de **R\$ 1.735.855,55 (Hum milhão, setecentos e trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)**. para a **Unidade de Pronto Atendimento Taboão**.



VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
87
Assinado de forma digital por VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:45:42 -03'00'

Parágrafo Primeiro – Os recursos repassados à **CONTRATADA** serão depositados em conta bancária em instituição bancária oficial (Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal S.A.).

Parágrafo Segundo – Os recursos repassados à **CONTRATADA** deverão ser depositados em contas correntes específicas e exclusivas destinadas ao fim deste CONTRATO DE GESTÃO; a **CONTRATADA** deverá manter conta corrente distinta e individualizada, de tal forma que não sejam confundidos seus recursos respectivos com os de outra origem, sendo que os correspondentes extratos de movimentação bancária mensal dos valores depositados nas referidas contas individualizadas deverão ser encaminhados mensalmente à **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro – Os saldos financeiros relativos à execução deste CONTRATO DE GESTÃO, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em:

- I - em cadernetas de poupança se a previsão de seu uso for de até 01 (um) mês;
- II - em fundos de curto prazo ou;
- III - em títulos públicos federais.

Parágrafo Quarto – As aplicações financeiras descritas nos incisos do parágrafo terceiro serão feitas sempre na mais vantajosa remuneração de capital, em conformidade com a adequação do prazo disponibilizado à aplicação, cotejada com sua taxa de retorno, bem como o resultado deverá ser obrigatoriamente utilizado no objeto deste CONTRATO DE GESTÃO.

Parágrafo Quinto – O repasse dos recursos se dará mensalmente, sendo a primeira parcela em até 10 (dez) dias contados do início da vigência contratual e a partir da segunda parcela no 2º dia útil do mês corrente, obedecido o Cronograma de Desembolso da unidade de saúde a que se refere este CONTRATO DE GESTÃO (ANEXO II).

Parágrafo Sexto - As parcelas serão repassadas em estrita conformidade com o Plano de Trabalho relativo a unidade de saúde a que se refere este CONTRATO DE GESTÃO (ANEXO I) e com o respectivo Cronograma de Desembolso (ANEXO II), salvo autorização prévia da **CONTRATANTE**, podendo ser retidas até o saneamento de impropriedades nas seguintes hipóteses:

- I. Quando não tiver havido comprovação de boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida.
- II. Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos e atrasos

não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas.

III. Quando do não atendimento aos demais requisitos legais, inclusive o disposto no artigo 8º, inciso VII, da lei 7.545/2017.

IV. Quando das hipóteses previstas nas alíneas “a” e “b” do inciso XXIII, da CLÁUSULA NONA (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA)

V. Nas demais hipóteses previstas neste CONTRATO DE GESTÃO.

Parágrafo Sétimo – Os valores correspondentes aos repasses financeiros estão vinculados ao cumprimento das metas pactuadas no Plano de Trabalho, cabendo à CAF - Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do presente CONTRATO DE GESTÃO verificar o percentual de atendimento das referidas metas.

Parágrafo Oitavo – A **CONTRATADA** poderá captar, assumindo em relação a tal captação inteira responsabilidade, recursos privados para a execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO, hipótese esta em se implementando haverá alteração do Plano de Trabalho necessário à formalização do incremento proporcional das metas em relação aos recursos obtidos, restando claro desde já que ambas as situações impescindem de celebração de termo aditivo.

Parágrafo Nono – Fica vedada a utilização dos valores inerentes aos repasses orçamentários vinculados a este CONTRATO DE GESTÃO com despesas a título de taxa de administração global.

Parágrafo Décimo – Os repasses orçamentários destinados ao pagamento das despesas de natureza administrativa e/ou gerenciamento não poderão ultrapassar o percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do CONTRATO DE GESTÃO, vedada a utilização de tais recursos para o pagamento de despesas não atreladas ao objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO, sendo que as referidas despesas de natureza administrativa e/ou gerenciamento deverão ser as mesmas previstas detalhadamente no Plano de Trabalho e somente serão pagas se forem discriminadas, justificadas e documentalmente comprovadas.

Parágrafo Décimo Primeiro - O montante de recursos orçamentários previstos e repassados à **CONTRATADA** a título de provisionamento inerente à previsão de valores necessários ao adimplemento de verbas rescisórias e de pagamento de décimos terceiros salários, deverá ser depositado em conta bancária específica, distinta daquela destinadas ao fim deste CONTRATO DE GESTÃO, preferencialmente em conta poupança, sendo que os correspondentes extratos de movimentação bancária mensal e/ou saldo mensal dos valores depositados nas referidas contas individualizadas deverão ser encaminhados mensalmente à **CONTRATANTE**, ficando vedada a utilização desses recursos para custear



despesas que não sejam oriundas de processos rescisórios ou de provisionamentos obrigatórios.

Parágrafo Décimo Segundo – Quando do término do presente CONTRATO DE GESTÃO, caso haja saldo para fins rescisórios ou de provisionamento obrigatório no fundo tratado no parágrafo anterior, os valores deverão ser restituídos à CONTRATANTE, para que seja disponibilizado para o mesmo fim em novo CONTRATO DE GESTÃO.

Parágrafo Décimo Terceiro – Fica facultado requerimento de ressarcimento previsto no artigo 32 da Lei Federal nº 9.656/1998.

CAPÍTULO VII DA REPACTUAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA – Em havendo interesse público que justifique o aumento do valor global deste CONTRATO DE GESTÃO, e por conseguinte da respectiva dotação orçamentária específica para esse fim, os valores dos repasses financeiros para execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO poderão ser repactuados.

Parágrafo Primeiro - Nos casos em que o aumento do valor global deste CONTRATO DE GESTÃO for motivado pelo pagamento de despesas e custos vinculados à mão de obra principal necessária à execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, deverá ser demonstrada pela **CONTRATADA** de forma analítica a variação dos referidos custos, em consonância com o preconizado por convenção ou acordo coletivos, ou ainda sentença normativa, que regem as categorias profissionais envolvidas;

Parágrafo Segundo - Nos casos em que o aumento do valor global deste CONTRATO DE GESTÃO for motivado pela variação dos demais custos e despesas necessárias à execução deste CONTRATO DE GESTÃO, será adotado o *Índice Geral de Preços do Mercado* – IGPM do período apurado, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Parágrafo Terceiro - O pedido de repactuação por parte da **CONTRATADA** que tenha por objeto aumento de valor global deste CONTRATO DE GESTÃO, ou quaisquer outros objetos de naturezas diversas, deverá ser apresentado pela **CONTRATADA** de forma justificada e instruído com planilha analítica demonstrativa, a fim de que seja submetido à análise da Secretaria de Saúde.



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:47:28
-03'00'

Parágrafo Quarto - Fica vedada a inclusão de benefícios não previstos no Plano de Trabalho, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, convenção ou acordos coletivos.

CAPÍTULO VIII

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA OITAVA – São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Disponibilizar à **CONTRATADA** os meios necessários à execução do presente objeto, conforme previsto neste CONTRATO DE GESTÃO e em seus anexos.
- b) Realizar o repasse de recursos na forma disposta nos Cronogramas de Desembolso relativo a Unidade de Pronto Atendimento a que se refere este CONTRATO DE GESTÃO (ANEXO II), e na Cláusula Sexta deste mesmo instrumento de CONTRATO DE GESTÃO.
- c) Exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e controle da execução das ações previstas no presente CONTRATO DE GESTÃO, bem como da aplicação dos recursos públicos repassados à **CONTRATADA**, na forma disposta no Plano de Trabalho e neste instrumento de CONTRATO DE GESTÃO.
- d) Observar todas as disposições legais que regem a matéria, incluindo as orientações dos tribunais de contas e órgãos de controle.

CAPÍTULO IX

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA NONA – São obrigações da **CONTRATADA**:

- I - Desenvolver em conjunto com a Secretaria de Saúde a implantação e/ou execução das atividades, objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO, observando as condições e obrigações estabelecidas no Projeto Técnico e no Plano de Trabalho e na legislação aplicável;
- II - Adotar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, inclusive as que possam afetar os serviços a cargo de eventuais concessionários;
- III - Responsabilizar-se, civil e criminalmente, independentemente da adoção de



eventuais medidas preventivas, pelos danos e prejuízos, de qualquer natureza, inclusive materiais, morais e estéticos, que causar à Administração Pública ou a terceiros, decorrente de atos praticados em decorrência da execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, respondendo por si e por seus sucessores pela obrigação de pagar as indenizações, eventualmente cabíveis, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização empreendida pelo **CONTRATANTE**;

- IV - Atender às diretrizes, determinações e exigências formuladas pela **CONTRATANTE** e legislações pertinentes ao objeto deste CONTRATO DE GESTÃO;
- V - Cumprir as metas relacionadas no Plano de Trabalho relativo a Unidades de Pronto Atendimento a que se refere este CONTRATO DE GESTÃO (ANEXO I);
- VI - Providenciar a publicação na imprensa ou no sítio digital da própria organização Social, no prazo máximo de 30 dias (trinta dias) corridos a contar da vigência do presente CONTRATO DE GESTÃO, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras, serviços e compras a serem realizadas com recursos públicos, sempre em consonância com os valores descritos no Projeto Técnico apresentado pela **CONTRATADA** quando da realização do certame.
- VII - Elaborar os relatórios de execução do CONTRATO DE GESTÃO e submeter à aprovação da CAF - *Comissão de Acompanhamento e Fiscalização*, bem como encaminhar, mensalmente, à **CONTRATANTE**, impreterivelmente, até dia 15 do mês subsequente, ou a qualquer momento, conforme o interesse público, ou a critério da Administração, os referidos relatórios contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, não podendo se recusar à submeter à aprovação, tampouco deixar de encaminhar os referidos relatórios, salvo motivos de força maior justificado, sob pena de não haver o repasse da parcela subsequente;
- VIII - Arcar com os acréscimos decorrentes de atraso de pagamentos a que dê causa, tais como juros ou qualquer tipo de correção ou atualização dentre outros;
- IX - Bem administrar os bens móveis e imóveis públicos a ela cedidos, bem como os bens móveis e imóveis privados, contratados pelo Município, que encontram-se na posse da contratada para a execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, sem qualquer direito à disposição ou retenção dos bens, inclusive no caso de encerramento do CONTRATO DE GESTÃO;



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital por
VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:47:50
-03'00'

- X - Responsabilizar-se com recursos repassados pela **CONTRATADA** pelas despesas inerentes ao fornecimento de água/esgoto, energia elétrica, gás, serviços de telefonia e *internet* relativos aos bens imóveis cujo uso tenha sido cedido à **CONTRATADA**, despesas estas que, a critério da Administração, poderão ser pagas pela **CONTRATANTE** e descontadas dos repasses a serem realizados à **CONTRATADA**, caso em que, as respectivas contas de consumo deverão ser enviadas à **CONTRATANTE** em tempo hábil para pagamento;
- XI - Responsabilizar-se pelos custos previstos no Projeto Técnico e no Plano de Trabalho, assim como pelos decorrentes encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais e comerciais, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade da **CONTRATADA**, as responsabilidades e prerrogativas da **CONTRATANTE** relativas à fiscalização da execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO;
- XII - Zelar para que os recursos financeiros repassados pela **CONTRATANTE** sejam exclusivamente aplicados na consecução dos objetivos e metas previstos no Plano de Trabalho, atentando sempre para a devida observância do princípio da economicidade;
- XIII - Manter e movimentar os recursos em conta bancária específica do CONTRATO DE GESTÃO, com observância das normas constantes no CAPÍTULO X deste ajuste, admitindo-se pagamentos em espécie, desde que observados o limite de R\$ 200,00 (duzentos reais) conforme consta na Portaria nº 060/2011-SS ou outra que venha substituí-la.
- XIV - Prestar contas dos recursos repassados pela **CONTRATANTE**, na forma prescrita no presente CONTRATO DE GESTÃO;
- XV - Prestar sempre que solicitado quaisquer informações, inclusive as de natureza financeira, acerca da execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO;
- XVI - Produzir, guardar e disponibilizar à **CONTRATANTE**, na forma e prazo por ela estabelecidos, quaisquer dados, informações e documentos, durante todo o prazo de vigência do presente CONTRATO DE GESTÃO;
- XVII - Permitir a supervisão, fiscalização e avaliação da **CONTRATANTE**, por meio de seus órgãos de controle interno, sobre a execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO;
- XVIII - Não exigir de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação, relativos às atividades de natureza pública gratuita, que devam ser executadas em virtude da vigência do presente CONTRATO DE



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:48:02
-03'00'

GESTÃO ou da legislação aplicável;

- XIX - Manter atualizadas as informações cadastrais junto à **CONTRATANTE**, devendo comunicar à mesma, quaisquer alterações nos seus atos constitutivos;
- XX - Manter a boa ordem e guarda dos documentos originais que comprovem as despesas realizadas para a execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO;
- XXI - Utilizar processo seletivo para a contratação de pessoal, estipulando e tornando públicos, previamente, os critérios objetivos e impessoais de natureza técnica que deverão ser adotados para tanto;
- XXII - Responsabilizar-se pela contratação do pessoal necessário à execução das atividades do CONTRATO DE GESTÃO, respeitando o disposto no Projeto Técnico e no Plano de Trabalho, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias, como também as que regem os conselhos de classe, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, quando for o caso;
- XXIII - Adotar valores compatíveis com os níveis médios de remuneração praticados no mercado e de acordo com as respectivas Convenções Coletivas de Trabalho, pertinente à sua área de atuação, conforme descrito em seus atos constitutivos, no que se refere ao pagamento de salários e de benefícios de qualquer natureza a seus empregados e dirigentes;
- XXIV - Responsabilizar-se, na forma deste CONTRATO DE GESTÃO, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão de obra necessária à completa execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, até o término de seu prazo de vigência, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, pelas obrigações decorrentes da referida execução isentando a **CONTRATANTE** de quaisquer obrigações, presentes ou futuras relacionadas à execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, devendo ser observado ainda o que segue:
 - a) em caso de ciência de ações trabalhistas movidas contra a **CONTRATADA** decorrentes da execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, nas quais entidades da Administração Pública do Município de Guarulhos tenham sido incluídas no polo passivo das referidas ações tanto como responsável subsidiário ou solidário, a **CONTRATANTE** poderá reter dos repasses devidos, o montante dos valores dela cobrados nas mesmas referidas ações,



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital por
VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:48:16
-03'00'

valores estes que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção, em caso de insuficiência, para o fim a que se destinam nos termos aqui descritos;

b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do objeto presente CONTRATO DE GESTÃO que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária da **CONTRATANTE**, os repasses devidos poderão ser retidos até o montante dos valores que venham a ser cobrados da **CONTRATANTE** a este título, valores estes que poderão ser complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência para o fim a que se destinam nos termos aqui descritos;

c) as retenções previstas nas alíneas "a" e "b" poderão ser realizadas tão logo tenha ciência a **CONTRATANTE** da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e/ou previdenciários sendo que os valores inerentes às referidas retenções serão destinados ao pagamento das respectivas obrigações caso a **CONTRATANTE** seja compelida a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à **CONTRATADA**;

d) Eventuais retenções previstas nas alíneas "a" e "b" somente serão liberadas pela **CONTRATANTE** se houver justa causa devidamente fundamentada, ou seja, de forma criteriosa, apontando de forma objetiva o enquadramento da justa causa nos itens do artigo 482, da CLT.

- XXV -** Manter as condições de habilitação, de regularidade fiscal e qualificação exigidas no Chamamento Público durante todo prazo de execução do CONTRATO DE GESTÃO;
- XXVI -** Fornecer as informações e documentos exigidos nas alíneas do inciso XI, do Art. 4º do Decreto Municipal nº 33.703/2016.
- XXVII -** Os equipamentos e instrumentais necessários para a realização das ações previstas por este CONTRATO DE GESTÃO, bem como equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes que porventura venham a ser adquiridos com recursos repassados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** em decorrência deste CONTRATO DE GESTÃO, mediante avaliação prévia e autorizo da Secretaria da Saúde, deverão ser mantidos pela **CONTRATADA**, em perfeitas condições;
- XXVIII -** Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes que porventura venham a ser adquiridos com recursos repassados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** em decorrência deste CONTRATO DE



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:48:30
-03'00'

GESTÃO, serão automaticamente incorporados ao patrimônio da **CONTRATANTE**, hipótese esta em que a **CONTRATADA** deverá entregar a documentação necessária ao processo de incorporação dos referidos bens, em duas vias juntamente com os relatórios de prestação de contas (01 via para fim de tombamento do patrimônio e outra para comprovação da despesa) juntamente com declaração emitida pela **CONTRATADA** de que os bens estão fisicamente na unidade de saúde, com menção da unidade onde são executadas as ações previstas por este CONTRATO DE GESTÃO, e em perfeitas condições de uso;

XXIX - Enviar à **CAF - Comissão de Acompanhamento e Fiscalização** todos os contratos de prestação de serviços e de fornecimento, assim como seus respectivos Anexos e eventuais Aditivos firmados pela **CONTRATADA** com prestadores, devidamente datados e assinados por todas as partes do contrato de prestação de serviços e de fornecimento, com a descrição de todos os serviços a serem prestados e/ou bens a serem fornecidos, metas a serem alcançadas, se for o caso, e respectiva descrição da forma de como serão medidas, bem como com todas as cláusulas contratuais de acordo com as normas legais vigentes no país e, finalmente, se o caso de prestação de serviços, certidão do prestador de serviço comprovando a regularidade trabalhista e previdenciária dos funcionários alocados na unidade de saúde por esta, se solicitado pela **CONTRATANTE**;

XXX - Efetivar contratação de serviços de natureza continuada como limpeza, segurança, conectividade, além de todo e qualquer serviço necessário e/ou que impacte positivamente no alcance das metas, desde que não impliquem a cessão parcial ou total do objeto deste contrato, respeitadas a economicidade e a eficiência financeira do CONTRATO DE GESTÃO, em conformidade com o Plano de Trabalho e com o *Regulamento de Contratação de Obras, Serviços e Compras*, a ser aprovado pela **CONTRATANTE** e publicado pela **CONTRATADA**.

XXXI - Não distribuir, sob nenhuma forma, lucros, excedentes financeiros ou resultados entre seus dirigentes, associados, empregados, membros de sua Diretoria ou Conselho de Administração;

XXXII - Nas hipóteses de extinção do CONTRATO DE GESTÃO, cooperar integralmente com as demandas do grupo de transição, criado para esse fim, por meio da indicação de representantes e de disponibilização de quaisquer informações solicitadas pela **CONTRATANTE**;

XXXIII - Comprometer-se a guardar sigilo de todas as informações assistenciais ou de cunho administrativo, relacionadas à execução do presente CONTRATO DE



GESTÃO, seja verbalmente ou por escrito, em forma eletrônica, textos, desenhos, projetos, fotografias, gráficos, plantas, planos, programas de computador ou qualquer outra forma, fornecendo-as a terceiros somente com a prévia autorização da **CONTRATANTE** ou sob sua demanda;

- XXXIV -** Atender às exigências da **CONTRATANTE** acerca da plena utilização de sistemas informatizados para execução das atividades de gestão assistencial, administrativa e econômico-financeira, já adotados e/ou que venham a ser implantados ao longo da execução deste CONTRATO DE GESTÃO, para fins de controle e monitoramento, permitindo o acesso de profissionais previamente indicados pela **CONTRATANTE**;
- XXXV -** Os sistemas informatizados utilizados pela **CONTRATADA** deverão permitir customizações que possibilitem sua integração com outros sistemas que a **CONTRATANTE** já utilize ou que venha a utilizar durante a vigência deste CONTRATO DE GESTÃO;
- XXXVI -** Apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo por ela definido, Plano Estratégico para as suas ações dos anos de vigência do CONTRATO DE GESTÃO, observando o Projeto Técnico e o Plano de Trabalho relativo a unidade de saúde (ANEXO I) bem como respectivo Cronograma de Desembolso (ANEXO II) dos recursos a serem repassados à **CONTRATADA**;
- XXXVII -** Executar os serviços e demais ações de saúde previstas no objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO e no anexo Plano de Trabalho relativo a unidade de saúde (ANEXO I), mantendo sempre obediência ao preconizado pela Lei Federal nº 8.080/1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.508/2011, e na Lei Federal nº 8.142/1990, e a devida observância dos princípios do SUS, e em especial:
1. Universalidade de acesso aos serviços de saúde;
 2. Integralidade de assistência, entendida como sendo esta o conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso, em atuação conjunta com os demais equipamentos do Sistema Único de Saúde, existentes no Município;
 3. Gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança em face de pacientes ou seus representantes, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;
 4. Preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:48:57
-03'00'

e moral;

5. Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
6. Direito de informação às pessoas assistidas sobre sua saúde;
7. Prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz.

XXXVIII - Quando da elaboração e apresentação dos Relatórios de Prestação de Contas, a **CONTRATADA** deverá observar:

- I.* a garantia do sigilo dos dados e informações relativas aos pacientes;
- II.* a responsabilidade civil e criminal pelo risco de sua atividade;
- III.* a inserção obrigatória dos procedimentos autorizados e dos medicamentos dispensados nos protocolos terapêuticos estabelecidos pelas instâncias municipal, federal e estadual.

XXXIX - Estabelecer controle e a apuração da frequência dos empregados da **CONTRATADA**, por meio de Registro Biométrico de Ponto.

XL - Prestar assistência em situações de surto ou emergência em Saúde Pública declaradas pela Secretaria de Saúde do Município de Guarulhos - SP.

XLI - Apoiar e integrar o complexo regulador da Secretaria de Saúde.

XLII - Afixar, em lugar visível das Unidades de Pronto Atendimento a que se refere o objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, aviso que contenha:

- I* - o símbolo, o nome designativo da unidade de saúde cuja gestão tenha assumido, os logos oficiais do Município, da Secretaria da Saúde e do Sistema Único de Saúde.
- II* - informação sobre a sua natureza de organização social qualificada no âmbito do Município de Guarulhos - SP;
- III* - indicação de que os serviços executados naquela unidade de saúde são gratuitos e pertencem ao Sistema Único de Saúde.

XLII – Fornecer a relação de todas as empresas subcontratadas, previstas no Capítulo XII, admitidas em função do presente Contrato de Gestão,



incluindo cópia dos respectivos contratos havidos e relações de todos os empregados admitidos para desempenhar os serviços objeto da subcontratação, devendo fornecer também e mensalmente cópia dos registros de controle de frequência dos funcionários e documentos relativos aos pagamentos realizados a título de prestação de serviço e/ou verbas salariais, conforme o caso.

XLIII – Observar todas as disposições legais que regem a matéria, incluindo as orientações dos tribunais de contas e órgãos de controle.

XLIV – Cumpra todas as diretrizes do TCESP relativas à transparência de seus atos, notadamente quanto à divulgação pela via eletrônica, em seu sítio eletrônico, de todas as informações sobre suas atividades e resultados, dentre outros: o estatuto social atualizado; termos de ajustes; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes; valores repassados; lista de prestadores de serviços (pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos ou funções; balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físico-financeiros de acompanhamento; regulamento de compras e contratação de pessoal.

CAPÍTULO X

DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

CLÁUSULA DÉCIMA – Os Relatórios de Prestação de Contas Financeiro deverão ser enviados, mensalmente, por via eletrônica e protocolados junto à **CONTRATANTE** até o dia 30 (trinta) do mês subsequente, ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, a critério da Administração.

Parágrafo Primeiro – O último Relatório de Prestação de Contas deverá ser protocolado em até 30 (trinta) dias após o término do prazo de vigência do presente CONTRATO DE GESTÃO, acompanhado do comprovante de devolução do saldo financeiro, se houver. O relatório deverá ser entregue junto à Divisão Técnica de Acompanhamento e Análise de Prestação de Contas do Departamento Financeiro da Saúde.

Parágrafo Segundo – E se constatar qualquer irregularidade na prestação de contas, deverá comunicar a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização – CAF, imediatamente.

Parágrafo Terceiro – Os Relatórios de Prestação de Contas serão instruídos com os seguintes documentos, de forma individualizada por unidade de saúde:

I - relatórios de execução financeira, discriminando a movimentação de valores,



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:49:21
-03'00'

indicando o saldo inicial, o valor de cada despesa efetivamente paga no período e o saldo atual acumulado;

- II - detalhamento de todas as despesas pertinentes a este CONTRATO DE GESTÃO no qual conste demonstrativo por centro de custo por tipo de despesa;
- III - relatórios indicativos demonstrando a produção contratada e realizada, bem como os resultados dos indicadores e das metas estabelecidas;
- IV - relação de pagamentos, incluindo o detalhamento das despesas administrativas, indicando os números e datas dos cheques emitidos ou quaisquer outros títulos de crédito que venham a ser utilizados para tanto, identificando a numeração dos comprovantes de pagamentos ou o tipo de comprovante;
- V - cópias dos comprovantes de pagamentos de contas referentes ao fornecimento de água, energia elétrica, serviços de telefonia e *internet*, salvo quando as contas forem pagas pela **CONTRATANTE**, cujos valores serão descontados do repasse devido à **CONTRATADA**;
- VI - demonstrativo de conciliação do saldo bancário;
- VII - cópia do extrato das contas correntes bancárias e das aplicações financeiras referentes ao período compreendido entre cada um dos Relatórios de Prestação de Contas apresentados;
- VIII - folha de pagamento discriminando: nome, números do CPF e CNES, função, carga horária, salário bruto e líquido, e benefícios do pessoal contratado (inclusive de servidor cedido em função temporária de direção ou assessoria, se for o caso), acompanhada da correspondente relação de pagamento enviada ao banco;
- IX - cópia das guias de pagamento e respectivos comprovantes de pagamento de obrigações junto ao Sistema de Previdência Social, FGTS, de outros encargos e das rescisões de contrato de trabalho e respectivas CTPS, devidamente anotadas;
- X - cópia de todos os comprovantes de pagamentos relacionados no inciso II deste parágrafo, bem como de todos os contracheques devidamente assinados pelos empregados, podendo estes ser substituídos pela forma prevista no art. 1º da Portaria MTE nº 3.281/84, consolidada pelo art. 3º da Lei 9.528/1997, de 10/12/1997 e suas alterações;
- XI - demonstrativo da projeção de expectativa de custo de rescisão dos contratados pelo regime da CLT, com projeção de encargos fiscais, sociais e



trabalhistas;

- XII** - extrato bancário (de conta específica para este fim), que comprove a existência do provisionamento de férias, décimo terceiro salário e rescisão dos funcionários contratados pelo regime da CLT;
- XIII** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, que deverá ser atualizada antes do término do seu prazo de validade de 180 dias;
- XIV** - relação dos bens permanentes adquiridos, identificando a numeração dos comprovantes de pagamentos ou o tipo de comprovante, com recursos provenientes do presente CONTRATO DE GESTÃO;
- XV** - documentação comprobatória da utilização dos repasses financeiros destinados ao pagamento de despesas administrativas;
- XVI** - informação detalhada de todos os contratos de serviço e/ ou consumo, discriminado o valor do custo unitário de cada item, assinado pela instituição com terceiros durante todo o período de vigência do CONTRATO DE GESTÃO;
- XVII** - comprovação de eventuais pagamentos realizados em favor de profissional autônomo, mediante cópia do recibo pertinente e do documento de identificação do profissional autônomo contratado;
- XVIII** - a documentação comprobatória prevista nos incisos XV, XVI e XVII deverá ser acompanhada de mapa de rateio, especificando os valores e os percentuais rateados entre os contratos firmados com a **CONTRATANTE**, e se for o caso, com outros entes.

Parágrafo Quarto – O repasse mensal da parcela subsequente ficará condicionada a entrega dos relatórios de prestação de contas na forma do parágrafo primeiro e do cumprimento de eventuais prescrições contidas no Plano de Trabalho (ANEXO I) a que se refere o objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, não podendo recusar-se à encaminhar os referidos relatórios, salvo por motivos de força maior devidamente justificado.

Parágrafo Quinto – Somente serão recebidos pela **CONTRATANTE** os Relatórios de Prestação de Contas que estiverem devidamente instruídos com todos os documentos e formalidades descritos nesta Cláusula.

Parágrafo Sexto – No caso de a **CONTRATANTE** verificar erro nos documentos apresentados que instruem os Relatórios de Prestação de Contas, serão os mesmos devolvidos à **CONTRATADA** até que sejam os referidos erros sanados, ficando o



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:49:49
-03'00'

repassa da parcela subsequente condicionado à reapresentação válida desses documentos, sendo que a CONTRATADA terá 20 dias úteis, prorrogáveis por igual período, se necessário e a critério da CONTRATANTE (art. 148, VIII da IN 02 TCE).

Parágrafo Sétimo – Cada folha dos Relatórios de Prestação de Contas deverá conter rubrica do representante legal da **CONTRATADA**, bem como de contabilista habilitado, capacitado pelo Conselho Regional de Contabilidade respectivo.

Parágrafo Oitavo – Os Relatórios de Prestação de Contas deverão ser elaborados levando em consideração que todos os recursos usados na execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO deverão ser contabilizados, com identificação de sua origem e de seu destino, por meio de contabilidade auditada por profissional legalmente habilitado.

Parágrafo Nono – A **CONTRATANTE** poderá requerer a apresentação, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, de relatório pertinente à execução do CONTRATO DE GESTÃO, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado dos Relatórios de Prestação de Contas correspondentes aos respectivos exercícios financeiros.

Parágrafo Décimo - Caberá à **CONTRATADA** promover até o dia 30 de Abril de cada ano e, no caso de serem transmitidos através do Sistema Público de Escrituração (Sped), até o último dia do mês de maio do ano, a publicação integral na Imprensa, dos relatórios de execução financeira e de cumprimento de metas e de execução deste CONTRATO DE GESTÃO aprovados por seu Conselho de Administração, bem como do balanço patrimonial e demais prestação de contas, sem prejuízo de sua análise pelo Tribunal de Contas de São Paulo.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os Relatórios de Execução servirão de subsídio para o acompanhamento das ações desenvolvidas, monitoramento e avaliação, bem como da movimentação financeira e patrimonial referentes ao CONTRATO DE GESTÃO.

Parágrafo Décimo Segundo - Todos os valores relativos a despesas que não forem eventualmente reconhecidas pela **CONTRATANTE** como pertinentes à execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, deverão ser ressarcidos à **CONTRATANTE** através de depósito em conta específica a ser determinada pela **CONTRATANTE** com demonstração por meio de extrato bancário, no prazo determinado.

Parágrafo Décimo Terceiro - Todos os comprovantes fiscais deverão ser emitidos em nome da **CONTRATADA** e seus originais ficarão sob sua guarda e à disposição



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:50:05
-03'00'

dos órgãos fiscalizadores, somente sendo aceitos recibos e notas fiscais emitidos em data posterior à assinatura e vigência deste CONTRATO DE GESTÃO e de seus respectivos termos aditivos.

Parágrafo Décimo Quarto – Nos contratos firmados entre a CONTRATADA e terceiros, no momento da atestação do recebimento do seu objeto, o valor unitário de cada item que o compõe deverá constar na nota fiscal a ser atestada, bem como em todos os recibos emitidos, o que deverá ser atestado, em ambos os casos, pelo Diretor da unidade de saúde beneficiada.

Parágrafo Décimo Quinto – As notas fiscais apresentadas deverão estar devidamente quitadas, contendo aposição de carimbo identificador da CONTRATADA, bem como a data e a assinatura de seu preposto.

Parágrafo Décimo Sexto – A CONTRATADA deverá manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer do CONTRATO DE GESTÃO.

CAPÍTULO XI

CESSÃO E ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Ficam desde já cedidos à CONTRATADA, em caráter eminentemente precário, a título de cessão de uso e pelo prazo de vigência deste CONTRATO DE GESTÃO, os bens móveis e imóveis da Unidade de Pronto Atendimento devidamente identificados no objeto deste instrumento, inventariados, avaliados e descritos quanto ao seu estado de conservação.

Parágrafo Primeiro – Os bens imóveis de que trata o *caput* desta cláusula deverão ser recebidos por um preposto designado pela CONTRATADA, mediante assinatura de TERMO DE CESSÃO DE USO e deverão ser devolvidos quando do término do prazo de vigência do presente ou qualquer forma de resolução do CONTRATO DE GESTÃO, igualmente por um preposto designado pela CONTRATADA, através de TERMO DE DEVOLUÇÃO DE USO.

Parágrafo Segundo – É vedado o uso e a destinação dos bens cedidos para finalidades não vinculadas ao alcance das metas e dos objetivos previstos neste instrumento.

Parágrafo Terceiro - Obriga-se a CONTRATADA em relação aos bens imóveis cedidos:

- I - Conservá-los, mantendo-os limpos e em bom estado, incumbindo-lhe também devolvê-lo, ao final deste CONTRATO DE GESTÃO, em perfeitas condições de



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:50:18
-03'00'

uso e conservação, sob a pena de, a critério da **CONTRATANTE**, arcar com o pagamento relativo ao conserto dos danos ou de quaisquer outros prejuízos.

- II - Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua aos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral e predial, incluindo nas mesmas, a reposição de peças;
- III - Assegurar o acesso dos servidores públicos encarregados da fiscalização do CONTRATO DE GESTÃO aos bens móveis e imóveis cedidos.
- IV - Arcar com todas as despesas que direta ou indiretamente decorram do uso do bem cedido, inclusive tributos, tarifas e preços públicos.
- V - Retirar às suas expensas, caso solicitado pela **CONTRATANTE**, eventuais bens adquiridos com recursos próprios, que se encontrem nos imóveis cedidos, ainda que a ele provisoriamente agregados.
- VI - Providenciar o seguro contra incêndio relativo aos bens móveis e imóveis descritos no *caput* desta cláusula, apresentando à **CONTRATANTE** a respectiva apólice devidamente quitada, a qual deverá ser renovada na data em que expirar o prazo de seu vencimento.

Parágrafo Quarto – Em relação aos bens móveis cedidos descritos no *caput* desta cláusula, obriga-se a **CONTRATADA**:

- I - Inventariar todos os bens móveis, equipamentos, instalações e utensílios considerados bens móveis quando da assinatura do presente CONTRATO DE GESTÃO, para após serem recebidos por um preposto designado pela **CONTRATADA**, mediante assinatura de TERMO DE CESSÃO DE USO.
- II - Devolver todos os bens móveis, equipamentos, instalações e utensílios considerados bens móveis quando do término do prazo de vigência do presente CONTRATO DE GESTÃO, igualmente por um preposto designado pela **CONTRATADA**, através de TERMO DE DEVOLUÇÃO DE USO, ressalvados os casos de obsolescência e desgaste natural, substituindo aqueles que não mais suportarem recuperação, conforme identificação prévia deles por prepostos de ambas as partes;

Parágrafo Quinto - A aquisição de bens móveis ou a instalação de bens imobilizados em bem imóvel cedido, adquiridos com recursos deste CONTRATO DE GESTÃO, precedido em ambos os casos de autorização da **CONTRATANTE**, bem como as benfeitorias realizadas, igualmente precedida de autorização da **CONTRATANTE**, serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade de



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital por
VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:50:32
-03'00'

indenização ou retenção, salvo se necessárias, condicionada a retirada à prévia autorização do **CONTRATANTE**.

CAPÍTULO XII **DA SUBCONTRATAÇÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – É vedada a subcontratação de quaisquer outras pessoas jurídicas ou físicas que tenha por objeto a execução do objeto do presente CONTRATO DE GESTÃO, bem como a cessão total ou parcial do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO pela **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo de outras penalidades.

Parágrafo Primeiro – Nos casos de subcontratação de serviços auxiliares (lavanderia, enxovais, segurança, portaria, limpeza, hotelaria, informática, serviços de comunicação, manutenção, retirada de resíduos hospitalares, seguros, esterilizações, armazenamento de documentos, controle de pragas, tratamento de água, serviços de hemoterapia, locação de equipamentos, fornecimento de gases medicinais, fornecimento insumos e materiais, bem como de demais serviços pertinentes, acordados entre CONTRATADA e CONTRATANTE), o ente subcontratado será responsável, solidariamente à **CONTRATADA**, no que couber, pelas obrigações descritas na cláusula nona, especialmente por aquelas referentes aos encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, nos limites da subcontratação.

Parágrafo Segundo – No caso de subcontratação de serviços auxiliares, a CONTRATADA somente poderá subcontratar desde que conste no contrato celebrado para tal fim a imposição de fornecer a relação de todas as subcontratadas admitidas em função do CONTRATO DE GESTÃO, incluindo cópias dos respectivos contratos havidos e relações de todos os empregados admitidos para desempenhar os serviços objeto da subcontratação, devendo fornecer também mensalmente cópia dos registros de controle de frequência dos funcionários e documentos relativos aos pagamentos realizados à título de prestação de serviço e/ou verbas salariais, conforme o caso.

CAPÍTULO XIII **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A fiscalização da execução do CONTRATO DE GESTÃO caberá à **CONTRATANTE**, em especial à **CAF – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**, nomeada por Portaria do Secretário de



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:50:46
-03'00'

Saúde, a quem incumbirá a prática de todos os atos próprios ao exercício da atividade fiscalizatória.

Parágrafo Primeiro – A CAF – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO, no exercício de suas atribuições de gestão e fiscalização deste CONTRATO DE GESTÃO, realizará o acompanhamento e a avaliação do funcionamento e da qualidade assistencial dos serviços de saúde a que se refere o objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, sendo investida das prerrogativas necessárias à execução das seguintes atividades:

- I - Avaliar os indicadores de acompanhamento e avaliação pactuados e as informações sobre o funcionamento dos serviços.
- II - Analisar as intercorrências no funcionamento dos serviços, os possíveis desvios e suas causas, principalmente em relação às metas assistenciais.
- III - Analisar preliminarmente propostas de implantação, extinção, ampliação e otimização dos serviços de saúde a que se refere o objeto deste CONTRATO DE GESTÃO.
- IV - Avaliar os indicadores de acompanhamento, avaliação e metas.
- V - Elaborar Relatórios de Avaliação da Execução deste CONTRATO DE GESTÃO através dos dados analisados.
- VI - Avaliar os resultados obtidos na sua execução, por meio dos indicadores de desempenho em confronto com as metas pactuadas, podendo para tanto solicitar o auxílio de outras instâncias administrativas da Secretaria de Saúde.
- VII - Realizar reuniões extraordinárias, sempre que solicitado pela Secretaria de Saúde ou pela **CONTRATADA**.
- VIII - Registrar em ata todas as reuniões realizadas que deverão ser assinadas pelos componentes da **CAF - COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO** e participantes presentes.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela **CONTRATANTE**, se obrigando a fornecer, nos prazos propostos pela **CONTRATANTE**, os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades, não podendo recusar-se a fornecê-los, salvo motivos de força maior justificado, sob pena de não haver o repasse da parcela



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital por
VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:50:58
-03'00"

subsequente.

Parágrafo Terceiro – Os responsáveis pela fiscalização da execução do CONTRATO DE GESTÃO, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, deverá notificar a CONTRATADA, por qualquer meio idôneo, a fim de seja sanada a irregularidade, que, persistindo, será dada ciência a(o) Secretária(o) da Saúde para ulteriores providências e aos órgãos de controle interno e externo referidos na Cláusula Vigésima Segunda, bem como o Ministério Público, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo Quarto – Compete à **CONTRATADA** fazer minucioso exame das especificações dos serviços por escrito, de modo a permitir em tempo apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, sendo que o silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas pela Fiscalização.

Parágrafo Quinto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA** no que concerne à execução do objeto do CONTRATO DE GESTÃO.

Parágrafo Sexto – No caso do não atingimento das metas pactuadas ou da verificação de qualquer desconformidade na execução do CONTRATO DE GESTÃO, a Fiscalização deverá encaminhar relatório a(o) Secretária(o) de Saúde.

CAPÍTULO XIV **DOS CASOS DE FORÇA MAIOR**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Os motivos de caso fortuito ou força maior que possam impedir a **CONTRATADA** de cumprir as metas pactuadas deverão ser comunicados à **CONTRATANTE**, na primeira oportunidade e por escrito, sob a pena de não serem aceitas pela Fiscalização.

Parágrafo Único – Os motivos de força maior poderão justificar a suspensão da execução do CONTRATO DE GESTÃO e a alteração dos Planos de Trabalho, desde que por termo aditivo.

CAPÍTULO XV **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas nos Planos de Trabalho e neste CONTRATO DE GESTÃO, a



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital por
VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:51:11
-03'00'

CONTRATANTE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal da **CONTRATADA**, cabível a aplicação do artigo 116 da Lei nº 8.666/1993, a critério da **CONTRATANTE**, aplicar as seguintes sanções previstas no artigo 87 da mesma Lei nº 8.666/1993, garantido o exercício do contraditório e a prévia defesa:

a) Advertência;

II – Multa de 20% (vinte por cento) por inexecução total do objeto sobre o valor contratado.

III- Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela mensal do **CONTRATO DE GESTÃO** ou do saldo não atendido do **CONTRATO DE GESTÃO**, respectivamente nas hipóteses de descumprimento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de rescisão por culpa da **CONTRATADA**.

IV - Multa de mora no valor de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela mensal do **CONTRATO DE GESTÃO** ou, se for o caso, do saldo não atendido do **CONTRATO DE GESTÃO**.

a) Os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados inexecução total ou parcial, conforme o caso, para aplicação de penalidade.

V - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela que tenha problemas técnicos ou descumprimento de metas, mais multa de 0,33 (trinta e três centésimos por cento) ao dia enquanto os problemas técnicos ou descumprimentos não forem sanados, contados da data que a Administração tiver comunicado a irregularidade à entidade.

a) Os problemas técnicos ou descumprimento de metas que perdurarem por mais 10 (dez) dias, serão considerados inexecução total ou parcial, conforme o caso, para efeitos de aplicação das penalidades.

VI - Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor do instrumento contratual.

VII - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.

VIII - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, respeitado o disposto no artigo 87, IV, da Lei 8.666/93.

IX- Perda de qualificação como Organização Social no âmbito do Município de Guarulhos - SP.

Parágrafo Primeiro – A imposição das sanções administrativas previstas nesta cláusula, dependerá da gravidade do fato que as motivar, consideradas as circunstâncias objetivas relacionadas ao caso concreto.

Parágrafo Segundo – As sanções previstas não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do CONTRATO DE GESTÃO, garantida ampla defesa prévia e contraditório da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro – As multas previstas não possuem caráter compensatório, de tal forma que seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas junto à Secretaria da Fazenda, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação de sua imposição à **CONTRATADA** ou, na impossibilidade da notificação, da publicação no Diário Oficial do Município de Guarulhos – SP.

Parágrafo Quinto – A aplicação das sanções estabelecidas são de competência do Secretário de Saúde.

Parágrafo Sexto – As sanções previstas poderão também ser aplicadas à **CONTRATADA**, em processos seletivos ou negócios jurídicos administrativos firmados com a Administração Pública direta ou indireta de qualquer nível federativo, caso tenha:

- a) Sofrido condenação definitiva por praticar fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos por meios dolosos.
- b) Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

Parágrafo Sétimo - As sanções serão aplicadas a critério da Administração. As multas referidas não impedem a aplicação de outras sanções previstas neste instrumento e na Lei 8.666/93, podendo ser aplicada isolada ou cumulativamente

CAPÍTULO XVI

DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Em relação às sanções previstas na cláusula décima quinta deste CONTRATO DE GESTÃO que lhe sejam impostas, a **CONTRATADA** poderá interpor os seguintes Recursos Administrativos:

- I - *Pedido de Reconsideração* perante a autoridade que proferiu a decisão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência da decisão;
- II - *Pedido de Revisão de Sanção Administrativa* à autoridade imediatamente superior a ser encaminhado através da autoridade que proferiu a decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis da ciência do indeferimento do Pedido de Reconsideração.

Parágrafo Primeiro – Em hipótese alguma será conferido efeito suspensivo aos recursos descritos nos incisos I e II do *caput* desta *cláusula*.

Parágrafo Segundo – O exercício do Pedido de Revisão de Sanção Administrativa dependerá da prévia interposição do Pedido de Reconsideração.

Parágrafo Terceiro – O provimento de quaisquer dos recursos descritos nos incisos I e II do *caput* desta *cláusula* importará apenas na invalidação dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XVII **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – A **CONTRATANTE**, garantidos o contraditório e a ampla defesa prévia, mediante decisão fundamentada, poderá ser rescindido unilateralmente o CONTRATO DE GESTÃO, na hipótese de seu descumprimento total ou parcial, bem como do Plano de Trabalho, e ainda:

- I - Se houver por parte da **CONTRATADA**, má gestão, culpa, dolo, violação de lei, de disposição de seus Atos Constitutivos, do presente CONTRATO DE GESTÃO ou do respectivo Plano de Trabalho vigente.
- II - Na hipótese de não atendimento às recomendações decorrentes da Fiscalização.
- III - Se houver alterações dos Atos Constitutivos da **CONTRATADA** que impliquem modificação das condições de sua qualificação como Organização Social ou de execução deste CONTRATO DE GESTÃO.
- IV - Se houver a perda da qualificação como Organização Social por parte da **CONTRATADA**.

Parágrafo Primeiro -- Na hipótese de resolução, a **CONTRATADA** deverá, imediatamente, devolver ao patrimônio do **CONTRATANTE** os bens móveis e imóveis cujo uso foi cedido, através de TERMO DE DEVOLUÇÃO DE USO, prestar



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:51:58
-03'00'

contas da gestão dos recursos recebidos, procedendo à apuração e à devolução do saldo existente.

Parágrafo Segundo – Na decretação da rescisão, a **CONTRATADA** ficará sujeita a multa de até 20% (vinte por cento) do valor do CONTRATO DE GESTÃO, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CAPÍTULO XVIII

DA RESILIÇÃO UNILATERAL PELO CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** fará jus exclusivamente ao ressarcimento dos danos materiais comprovadamente demonstrados.

Parágrafo único – A rescisão unilateral será precedida de denúncia da **CONTRATANTE**, em prazo que atenda o interesse público.

CAPÍTULO XIX

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – A publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município de Guarulhos – SP será providenciada pela **CONTRATANTE**, no prazo máximo de vinte dias da assinatura.

CAPÍTULO XX

DA TRANSIÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Após a publicação do extrato deste CONTRATO DE GESTÃO no Diário Oficial do Município de Guarulhos – SP, devidamente assinado pelas partes contratuais, a **CONTRATADA** receberá a *Unidade de Saúde*, objeto deste CONTRATO DE GESTÃO, através de ATO DE TRANSIÇÃO a ser estabelecido com a atual entidade gestora da referida unidade de saúde, o qual implica a necessária assunção dos pacientes da unidade de saúde a que se refere o objeto deste CONTRATO DE GESTÃO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – A **CONTRATANTE** poderá colocar à disposição da **CONTRATADA** servidores públicos municipais de seu quadro de pessoal permanente, os quais, em ocorrendo a referida disponibilização por parte da **CONTRATANTE**, necessariamente deverão compor a equipe de profissionais que atuarão nas unidades de saúde a que se refere o presente CONTRATO DE GESTÃO.



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital por
VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:52:11
-03'00'

Parágrafo Primeiro – Os fluxos administrativos e normas já estabelecidas que versem sobre a vida funcional dos servidores públicos cedidos serão mantidos entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, sendo garantidos aos servidores todos os direitos e vantagens estabelecidos em lei, vedada a incorporação de qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela **CONTRATADA** aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATANTE** deverá deduzir do montante total mensal a ser repassado à **CONTRATADA**, o valor financeiro mensal de seu gasto com folha de pagamento referente aos servidores públicos que forem cedidos à **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE**, devendo ser observado para tanto que a dedução somente ocorrerá após validação da cessão do funcionário pela Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria da Saúde, bem como o aceite da Organização Social.

Parágrafo Terceiro – A **CONTRATANTE** deverá providenciar a formalização do ato de cessão ou afastamento do servidor, sempre garantindo aos servidores todos os direitos e vantagens estabelecidos em lei.

Parágrafo Quarto – A execução das atividades profissionais por parte dos servidores públicos colocados à disposição da **CONTRATADA**, junto às unidades de saúde a que se refere o objeto deste CONTRATO DE GESTÃO não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza.

Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA**, a qualquer tempo, poderá devolver aos quadros da **CONTRATANTE** servidor público que lhe foi cedido, com motivação justificada, que poderá ensejar abertura de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, se o caso.

Parágrafo Sexto – A **CONTRATANTE** poderá, a seu exclusivo critério, solicitar remoção de servidor público lotado em alguma das unidades de saúde referidas no presente CONTRATO DE GESTÃO, através de comunicação prévia, implicando no montante total mensal referido no parágrafo segundo.

Parágrafo Sétimo – Observados os critérios administrativos municipais e mediante a observância da disponibilidade da Administração, o servidor público poderá solicitar sua transferência para outra unidade de saúde estranha ao objeto do CONTRATO DE GESTÃO, implicando no montante total mensal referido no parágrafo segundo, sem prejuízo de sua alocação em outra unidade de saúde deste CONTRATO DE GESTÃO, nos moldes do *caput* dessa Cláusula.



Parágrafo Oitavo – À CONTRATADA é vedado o pagamento de vantagem pecuniária à que se refere o parágrafo primeiro a servidor cedido com recursos provenientes do CONTRATO DE GESTÃO.

Parágrafo Nono – Para fins de execução do presente CONTRATO DE GESTÃO, os primeiros 90 dias, após a assunção das unidades de saúde deste instrumento pela **CONTRATADA**, serão considerados como período de transição pela **CONTRATANTE**, que poderá mediante análise discricionária das justificativas apresentadas e comprovadas pela **CONTRATADA**, acolher ou não em detrimento dos termos do presente instrumento e anexos, somente pelo período considerado de transição, não gerando qualquer direito posterior da **CONTRATADA**, que deverá observar todas as disposições pactuadas.

CAPÍTULO XXI **DO CONTROLE INTERNO E EXTERNO**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – A CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias do presente instrumento ao órgão de controle interno do Município de Guarulhos no prazo de até 10 (dez) dias, contados da sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no prazo de até 10 (dez) dias, contados da publicação de seu extrato.

CAPÍTULO XXII **DO COMPROMISSO ARBITRAL**

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – A critério da Administração, as partes obrigam-se a solucionar por meio de arbitragem, de forma definitiva, as controvérsias ou disputas relacionadas ao presente contrato e seus eventuais aditivos e documentos anexos a eles relacionados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Não poderão ser objeto de arbitragem as questões relativas a direitos indisponíveis envolvendo a titularidade municipal do serviço concedido, o poder administrativo de fiscalização e de imposição de penalidades administrativas, a discussão sobre reequilíbrio econômico-financeiro ou qualquer matéria definida como indisponível pelos Tribunais Superiores de Justiça.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – A arbitragem será dirimida em uma das diversas Câmaras Arbitrais do Estado de São Paulo, preferencialmente com sede na cidade de São Paulo ou de Guarulhos, seguindo o regimento próprio da instituição escolhida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – As decisões e a sentença arbitral, nos termos da Lei Federal nº 9.307/96, serão definitivas, líquidas, certas e vincularão as partes e seus sucessores, servindo como título executivo.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – A parte vencida no procedimento arbitral arcará com todas as custas do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros e peritos.

**CAPÍTULO XXIII
DO FORO DE ELEIÇÃO**

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – Fica eleito o Foro da Comarca de Guarulhos – SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste CONTRATO DE GESTÃO que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

**CAPÍTULO XXIV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – Na contagem dos prazos é excluído o dia de início e incluído o de vencimento, sendo para tanto, considerados sempre os dias consecutivos, salvo disposição em contrário, observando-se ainda que os prazos se iniciam e vencem somente em dias de expediente da Secretaria de Saúde.

E, por estarem, assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente CONTRATO DE GESTÃO, em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Guarulhos – SP, 21 de dezembro de 2021.



CONTRATANTE

Secretaria de Saúde de Guarulhos – SP

Sr. Ricardo Rui Rodrigues Rosa

Secretário de Saúde

VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:438205 49587

Assinado de forma digital por VALERIANO
JOSE DE FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 11:54:56 -03'00'

CONTRATADA

INSTITUTO NOSSA SENHORA DA VITÓRIA - INSV

Sr. Valeriano José de Freitas Neto

Testemunhas

1 _____ 2 _____

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO (TERMO DE REFERÊNCIA)

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1. A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO, faz parte da Regional de Saúde II, sendo referência para a prestação de Assistência à Saúde em Urgência e Emergência a quem procura, utilizando-se de profissionais capacitados e das melhores técnicas possíveis, para a total ou parcial recuperação da saúde dos usuários, de acordo com os princípios do SUS e dos Códigos de Ética que norteiam as atividades profissionais de médicos, cirurgiões dentistas, biomédicos, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas e farmacêuticos.

1.2. A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO está localizada na Avenida Silvestre Pires de Freitas, 1090 - Jd. Paraíso, CEP 07144-000, Guarulhos – SP.

1.3. A estrutura da Unidade deve se inserir na rede de estabelecimento de saúde do Município com a missão de acesso à saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS, particularmente nos níveis de baixa e média complexidade ambulatorial, com prioridade para os munícipes residentes nas áreas de abrangência dos distritos de saúde da região em que se localiza.

1.4. A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO deverá funcionar 24 horas por dia, todos os dias da semana, com quadro de profissionais de saúde e de apoio capaz de manter e contemplar durante todo o período de funcionamento, toda a demanda assistencial e administrativa da unidade, garantindo retaguarda 24 horas por dia nas especialidades de clínica médica, ortopedia, pediatria e odontologia. Além disso, deve o corpo clínico, assistencial e de apoio ser adequado ao nível de complexidade da instituição e dos serviços descritos.

1.5 A Unidade de Saúde, com perfil de média complexidade, é composta de 21 (vinte e um) leitos de observação, destinados à assistência médica que deverão ser mantidos ativos continuamente, distribuídos da seguinte forma:

- a) 04 (quatro) leitos de Observação na Sala de Estabilização;



- b) 02 (dois) leitos de Observação para Isolamento;
- c) 04 (quatro) leitos de Observação Feminino;
- d) 07 (sete) leitos de Observação Masculino;
- e) 04 (quatro) leitos de Observação Pediátrica.

1.6. A Unidade possui em sua estrutura física:

- a) Recepção principal;
- b) 01 Sanitário Masculino na recepção;
- c) 01 Sanitário Feminino na recepção;
- d) 01 Sanitário para Portador de Necessidades Especiais na recepção;
- e) 01 Fraldário na recepção;
- f) 01 DML na recepção;
- g) 02 Salas de Classificação de Risco;
- h) 01 Sala de Assistência Social;
- i) 01 Sala de Sutura/ Curativo;
- j) 01 Sala de Coleta de Exame;
- k) 01 Sala de Direção;
- l) 01 Sala da Central de Abastecimento e Farmácia;
- m) 01 Sala de Dispensação de Medicamentos (Farmácia);
- n) 01 Sala Administrativa;
- o) 01 Sala de Inalação;
- p) 02 Salas de Exames;
- q) 01 Sala de Serviço de Odontologia;
- r) 01 Sala de Gesso;
- s) 04 Consultórios para Consultas médicas;
- t) 01 Vestiário Masculino;
- u) 01 Vestiário Feminino;
- v) 01 DML corredor;
- w) 01 Sala de Estar para Funcionários;
- x) 01 Copa de Distribuição;
- y) 01 Sala de Estar e Refeitório;
- z) 01 Sala de Reuniões;
- aa) 01 Sala de Armazenamento e distribuição de material;
- ab) 01 Sala de Guarda de Roupas;
- ac) 01 Almoxarifado;
- ad) 01 Sala de Radiologia com banheiro;
- ae) 01 Sala de Exame diferenciado (odontologia);
- af) 01 Sala de Medicação e Reidratação;
- ag) 01 Sala de ECG;



- ah)01 Quarto de Observação Pediátrica com 04 leitos com banheiro;
- ai) 01 Quarto de Observação Masculina com 07 leitos com banheiro;
- aj) 01 Quarto de Observação Feminina com 04 leitos com banheiro;
- ak)01 Sala de Emergência com 04 leitos;
- al) 02 Quartos Individuais para Isolamento com banheiro;
- am) 01 Sala de Utilidade;
- an) 03 Quartos para Funcionários;
- ao) 01 Sala para Guarda de Cadáveres;
- ap) 01 Sala de Armazenamento de Resíduo Sólido;
- aq)01 Abrigo Externo de Resíduos de Serviços de Saúde;
- ar) 01 Sala de Manutenção;
- as)01 Sala de Conforto de Contratados;
- at) 01 Sala de Conforto de Motorista;
- au)01 Abrigo de Lixo Externo;
- av)01 Abrigo Externo para gerador.

1.7. A prestação de serviços abrangerá a contratação de recursos humanos, de serviços, aquisição de materiais, insumos e medicamentos, ou seja, todos os recursos necessários para assegurar a operacionalização da assistência no âmbito de urgência e emergência.

1.7.1. Nas prescrições de medicamentos deverão ser observadas como norteadoras a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais ou a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, excetuadas as situações ressalvadas em protocolos analisados pela CONTRATANTE.

2. GESTÃO

2.1. Deverá ser assegurado, na gestão da UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO, o alcance dos seguintes objetivos:

- a) Potencializar a execução do serviço de saúde;
- b) Garantir qualidade e segurança do paciente na execução dos serviços de saúde e atendimento à população;
- c) Melhorar a qualidade do serviço ofertado ao usuário SUS;
- d) Implantar um modelo de gerência voltado para resultados;
- e) Evitar o êxodo de usuário para outros centros urbanos em busca de serviços de assistência à saúde de melhor qualidade, evitando complicações do quadro clínico e o desconforto do deslocamento dos pacientes;



- f) Busca da eficiência, eficácia e efetividade na formulação do modelo de gestão na saúde a ser adotado no Município de Guarulhos obedecendo aos princípios e diretrizes do SUS, atendendo às políticas públicas definidas para a regionalização da saúde, buscando atender os pacientes oriundos da demanda referenciada conforme pactuação com a Central de Regulação, preservando a missão da Secretaria da Saúde;
- g) Melhorar o serviço ofertado ao usuário SUS com assistência humanizada.

3. ASSISTÊNCIA À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

3.1. O desenho operacional deverá se fundamentar na Política de Atenção às Urgências, Portaria GM/MS nº 2.048, de 2002 e Portaria GM/MS nº 1.600, de 2011, como diretriz para a formulação de seus quadros.

3.2. Em decorrência da execução do objeto espera-se garantir à população um acolhimento e uma assistência eficiente e segura, agilizando o atendimento de acordo com a complexidade do caso;

3.3. Serão considerados atendimentos de urgência e emergência aqueles não programados, disponibilizados às pessoas que procurarem atendimento, sejam de forma espontânea ou referenciada pelas UBS dos Distritos de Saúde, conforme Grade de Urgência e Emergência vigente. O serviço deverá ser mantido nas 24 horas do dia, todos os dias da semana;

3.4. O Atendimento de Urgência deverá estar em consonância com as ações recomendadas pela Política Nacional de Humanização do SUS;

3.5. A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO deverá integrar a Grade de Referência para Urgência e Emergência do Município de Guarulhos, atendendo todos os princípios e diretrizes que ordenam o atendimento às urgências e emergências;

3.6. A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO terá seus fluxos assistenciais organizados e definidos pelo Departamento de Coordenação da Urgência e Emergência do Município.

3.7. Deverá ser utilizado o modelo de Acolhimento e Classificação de Risco adotado pelo Município de Guarulhos, 24 horas por dia;



3.8. Garantir a implantação e gerenciamento dos Protocolos Municipais;

3.9. Garantir atendimento 24 horas por dia em Clínica Médica, Clínica Pediátrica, Ortopedia e Odontologia.

3.10. Inserir na Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS) todos os casos dos pacientes que não sejam possíveis de solução no equipamento de saúde, atualizando as informações, no mínimo a cada 06 (seis) horas ou quando necessário, como alteração de quadro clínico, resultado de exames, etc.

3.11. Deverá garantir um responsável administrativo presencial 24 horas por dia.

4. META QUANTITATIVA - Refere-se à realização da **atividade mensurada quantitativamente prevista para o período**. A meta será considerada através da **média do período avaliado** (quadrimestral).

4.1. Indicador de Atendimento Mensal: A meta é realizar a quantidade mínima de 12.000 (doze mil) atendimentos médicos e odontológicos por mês.

5. METAS QUALITATIVAS – Refere-se à manutenção das atividades que garantam qualidade na assistência no período. As metas serão **avaliadas mensalmente** e **se houver o não cumprimento em um mês ou mais, a indicação de desconto será referente ao valor destinado ao quadrimestre do indicador**.

5.1 Os Indicadores estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos usuários da unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão e ao desempenho da unidade.

5.2 Têm como objetivo acelerar a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde, uma vez que a falta de qualidade e a ineficiência quase sempre aumentam os custos e o prolongamento da necessidade de cuidados e de tratamentos.

5.3 Os Indicadores constituem **obrigação contratual** e estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos usuários da unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão e ao desempenho da unidade.

5.4. Deverá utilizar o Sistema de Informação em toda a unidade disponibilizado pela Secretaria da Saúde, porém se o mesmo ainda não estiver disponível, o prestador deverá manter Sistema de Informação próprio, capaz de fornecer os



resultados para os indicadores utilizados no acompanhamento do CONTRATO DE GESTÃO.

5.5. Mesmo após o cumprimento da meta quantitativa e dos indicadores de acompanhamento elencados no CONTRATO DE GESTÃO, caso haja alguma queda na qualidade do atendimento ou restrição total ou parcial dos serviços contratados, tendo como consequência a desassistência aos pacientes, em função de ação ou omissão imputável à administração da **CONTRATADA**, a Secretaria da Saúde poderá descontar até 50% (cinquenta por cento) do valor da parte variável relacionado ao período avaliado.

5.6. A Comissão de Óbitos da unidade realizará reuniões mensais e deverá ser encaminhada planilha onde deve constar: iniciais do paciente, diagnóstico, idade, data e horário de entrada e data e horário do óbito.

5.7. As manifestações no SAU - Serviço de Atendimento ao Usuário devem ser registradas adequadamente e as demandas da Ouvidoria SUS serão recebidas pelos meios preconizados da Ouvidoria SUS e serão encaminhados à Unidade de Saúde para manifestação, com prazo para resposta. Em ambos os casos a Unidade de Saúde deverá elaborar o conjunto de ações geradas por uma queixa no sentido de solucioná-la e que possa ser encaminhada ao seu autor como resposta ou esclarecimento ao problema apresentado e deverá ser estabelecido plano de ação para melhorias, se for o caso, diante da demanda.

5.7.1. As manifestações recebidas pelo SAU deverão ser encaminhadas mensalmente conforme tabela abaixo:

INDICADOR - MANIFESTAÇÕES DO SAU				
Data da Manifestação	Data em que foi respondida a manifestação ao usuário	Síntese da manifestação	Síntese da resposta encaminhada ao usuário	Plano de ação da Unidade de Saúde que foi gerada a partir da demanda

5.7.2. As demandas recebidas pelo Ouvidor SUS deverão ser encaminhadas mensalmente conforme tabela abaixo:



INDICADOR - OUVIDORIA SAU							
Protocolo	Data abertura da demanda	Data que chegou ao prestador	Prazo do prestador para resposta da demanda de acordo com Ouvidoria SUS do Município	Data em que foi respondida a demanda pelo prestador	Síntese da demanda	Síntese da resposta	Plano de ação da Unidade de Saúde que foi gerada a partir da demanda

5.8. A pesquisa de satisfação do usuário sobre o atendimento da Unidade de Saúde destina-se à avaliação da percepção de qualidade de serviço pelos pacientes ou acompanhantes, por meio dos questionários específicos, que deverão ser aplicados mensalmente.

5.9. A unidade deverá elaborar um relatório de atividades onde deve estar explícita as razões pelas quais algumas metas podem não ter sido alcançadas, ou os motivos que levaram à superação das metas previstas.

5.10. Todos os indicadores e metas listados nas tabelas abaixo tem a periodicidade de entrega dos relatórios como sendo mensal:

	INDICADOR	DADOS A SEREM FORNECIDOS	FONTE	META	% SOBRE A PARTE VARIÁVEL
1	Manutenção das Comissões e Conselho Gestor	Atas das reuniões	Relatório da Unidade de Saúde	100%	20%
2	Percentual de resposta das demandas recebidas na Ouvidoria SUS no prazo estabelecido	Nº de demandas respondidas no prazo/ Nº de demandas recebidas * 100 e ações da Unidade de melhorias diante das demandas recebidas	Relatório da unidade de saúde / Ouvidor SUS	≥ 80%	10%
3	Percentual de devolutiva das manifestações recebidas pelo SAU	Nº de manifestações recebidas/ Nº de manifestações respondidas e ações da Unidade de melhorias diante das demandas recebidas	Relatório da Unidade	≥ 80%	10%
4	Percentual de pesquisas de satisfação preenchidas na área de observação	Nº de pesquisas aplicadas à pacientes e acompanhantes / Nº total de pacientes em cada área de observação * 100	Relatório do Sistema de Informação	≥ 10%	10%
5	Percentual de pacientes submetidos à classificação de risco na Urgência e Emergência	Nº de pacientes classificados por risco na urgência e emergência / Nº de pacientes admitidos na Urgência e Emergência * 100	Relatório do Sistema de Informação	100%	20%

42.

6	Percentual de conformidade do tempo de espera por nível de classificação de risco	Nº de pacientes atendidos conforme o tempo preconizado pelo Protocolo / Nº total de pacientes atendidos por nível de classificação de risco * 100	Relatório do Sistema de Informação	95%	10%
7	Manutenção da Equipe Técnica Mínima	Escalas mensais com o quantitativo de profissionais por plantões	Escala Efetiva Mensal	≥95%	20%

6. PRESSUPOSTO E DEFINIÇÕES

6.1. Desenvolver e implantar protocolos clínicos e administrativos e Procedimentos Operacionais administrativos e assistenciais em todos os setores visando à otimização da gestão;

6.2. Garantir a implantação e gerenciamento dos Protocolos Municipais.

6.3. São de responsabilidade da **CONTRATADA** os serviços de transporte inter-hospitalar por Ambulância de Suporte Básico e Avançado e demais remoções necessárias;

6.4. Os exames de análises clínicas para os pacientes atendidos na UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO deverão ser coletados pela unidade e o transporte e processamento serão realizados pelo laboratório definido e contratado pelo Município. O valor do custo com o serviço de laboratório será descontado do repasse mensal da **CONTRATADA**;

6.4.1. A coleta para exames de Análises Clínicas deverá funcionar durante as 24 horas do dia e de acordo com a especificação da unidade só poderão ser coletados os seguintes exames, sem autorização prévia:

EXAMES DE ANÁLISES CLÍNICAS		
Descrição dos Exames de Análises Clínicas	Código	Nível Complexidade
Amilase Sérica	02.02.010.18-0	BIOQUÍMICA
Bilirrubina Total e Frações (BTF)	02.02.010.20-1	BIOQUÍMICA
Cálcio Sérico (Ca)	02.02.010.21-0	BIOQUÍMICA
Creatinina Sérica (Cr)	02.02.010.31-7	BIOQUÍMICA
Creatinofosfoquinase – Fração MB (CKMB)	02.02.010.33-3	BIOQUÍMICA
Creatinofosfoquinase (CPK)	02.02.010.32-5	BIOQUÍMICA
Desidrogenase Lática Sérica (DHL)	02.02.010.36-8	BIOQUÍMICA
Determinação do Tempo de Trombina	02.02.02.012-6	HEMATOLOGIA
Determinação do Tempo de Tromboplastina Parcial Ativada (TTP Ativada)	02.02.02.013-4	HEMATOLOGIA



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital por
VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 15:29:06
-03'00'

Determinação do Tempo e Atividade da Protrombina (TAP)	02.02.02.014-2	HEMATOLOGIA
Dosagem de Lactato	02.02.01.053-8	BIOQUÍMICA
Dosagem de Proteína C Reativa	02.02.03.020-2	IMUNOLOGIA
Gasometria Arterial ou Venosa	02.02.010.73-2	BIOQUÍMICA
Glicemia	02.02.010.47-3	BIOQUÍMICA
HBSAG (Teste Rápido)	02.02.030.98-9	IMUNOLOGIA
HCG (Teste Qualitativo)	02.02.06.021-7	HORMÔNIOS
Hemocultura	02.02.08.015-3	MICROBIOLOGIA
Hemoglobina/Hematócrito (Hb/Ht)	02.02.020.36-3	HEMATOLOGIA
Hemograma Completo	02.02.020.38-0	HEMATOLOGIA
HIV (Teste Rápido)	02.02.030.30-0	IMUNOLOGIA
Magnésio Sérico (Mg)	02.02.010.56-2	BIOQUÍMICA
Plaquetas	02.02.02.00.29	HEMATOLOGIA
Potássio Sérico (K)	02.02.010.60-0	BIOQUÍMICA
Sódio Sérico (Na)	02.02.010.63-5	BIOQUÍMICA
Transaminase Oxalacética (TGO)	02.02.010.64-3	BIOQUÍMICA
Transaminase Pirúvica (TGP)	02.02.010.65-1	BIOQUÍMICA
Troponina	02.02.03.12.09	BIOQUÍMICA
Ureia Sérica (Ur)	02.02.010.69-4	BIOQUÍMICA
Urina Tipo I	02.02.050.01-7	URINA
Urocultura (Cultura de bactérias p/ identificação)	02.02.08.008-0	MICROBIOLOGIA

6.5. Efetivação dos processos de compra de materiais, insumos e medicamentos necessários à operação da Unidade será de responsabilidade da **CONTRATADA**;

6.6. Deverá ser realizada atualização periódica do banco de dados do SCNES, no que diz respeito ao quadro de Recursos humanos dos profissionais que prestam assistência ao paciente na unidade de saúde, sendo esta ação, de responsabilidade da **CONTRATADA**, que deverá também, encaminhar mensalmente, o arquivo de exportação para Divisão Técnica de Avaliação e Controle, conforme cronograma enviado pelo Departamento de Planejamento e Regulação da Saúde. Em relação à atualização das informações do estabelecimento, como quanto à estrutura física, equipamentos, serviço especializado, entre outros, deverá ser preenchida a Ficha Cadastral de Estabelecimentos de Saúde – FCES que também deverá ser encaminhada, para o Departamento de Planejamento e Regulação da Saúde – Divisão Técnica de Avaliação e Controle. É obrigatória a atualização do SCNES sempre que ocorrer qualquer alteração no serviço, atualização funcional, equipamentos, etc., devendo este cadastro estar sempre atualizado.



6.7. O envio do arquivo (faturamento) contendo as informações da Unidade de Pronto Atendimento para a Secretaria de Saúde, deverá seguir o Cronograma definido pelo Departamento de Planejamento e Regulação da Saúde – Divisão Técnica de Avaliação e Controle e as versões deverão estar sempre atualizadas, seguindo as determinações do Ministério da Saúde – Departamento de Informática do SUS – DATASUS;

6.8. Deverá notificar todos os casos previstos em legislação vigente que porventura sejam diagnosticados na unidade, através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, de acordo com fluxo e rotina estabelecida pelo Departamento de Vigilância em Saúde do Município;

6.9. Os Serviços de Portaria e de Zeladoria serão de responsabilidade da **CONTRATADA**, devendo compreender o controle do acesso em todas as entradas e saídas, assim como a preservação do equipamento predial e o bem-estar dos usuários e funcionários;

6.10. O serviço de Manutenção deverá ser executado pela **CONTRATADA**, a qual se responsabilizará pela realização das atividades administrativas de apoio referentes à manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura predial, hidráulica, elétrica e dos equipamentos;

6.11. Cabe à **CONTRATADA** fornecer o enxoval completo a ser utilizado pelos profissionais na execução de seus procedimentos (lençóis, cobertores, campos, aventais, roupas privativas, camisolas, entre outras) de acordo com legislação vigente, incluindo a lavagem do mesmo. O transporte tanto da roupa limpa quanto da roupa suja, também é de responsabilidade da **CONTRATADA**.

6.12. O serviço de limpeza deverá ser executado pela **CONTRATADA**, em cumprimento à legislação sanitária vigente, para áreas críticas, semicríticas e não críticas. Deverão ser instalados dispensadores de sabonete líquido, álcool gel, papel toalha, papel higiênico e outros que se fizerem necessários, em todas as dependências da Unidade de Pronto Atendimento. A manutenção da limpeza da área externa, como estacionamento, acessos, portarias, vidros em geral, canteiros, jardins, calhas e similares, também serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

6.13. A Farmácia deverá funcionar 24 horas por dia, para dispensação de medicamentos e insumos de uso interno, de responsabilidade da **CONTRATADA**. Os medicamentos de dispensação externa, que estão na lista da Relação



Municipal de Medicamentos – REMUME, serão fornecidos pela Secretaria da Saúde de Guarulhos e sua distribuição, estocagem e controle serão de responsabilidade da **CONTRATADA**. A distribuição de medicamentos de dispensação externa deverá ser todos os dias da semana 24 por dia, incluindo final de semana e feriado;

6.14. Deverá articular-se com os equipamentos de Urgência e Emergência e a Secretaria da Saúde, nas reuniões da mesa de pactuação, construindo fluxos coerentes e efetivos de referência e contra referência;

6.15. Utilizar, além da logomarca da **CONTRATADA**, a logomarca do Município de Guarulhos e do SUS, em todos os documentos emitidos;

6.16. Fornecer crachá de identificação a todos os funcionários;

6.17. Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação, exceto se aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria de Saúde;

6.18. Deverá dispor de serviços de informática com sistema para gestão da unidade de saúde que contemple no mínimo: exames complementares, controle de estoques (almoxarifado, farmácia e nutrição), sistema de custos, prontuário médico (observando o disposto na legislação vigente, incluindo a Resolução CFM nº. 1.639/2002), serviços de apoio e relatórios gerenciais, que permitam a Comissão de Avaliação e Fiscalização (CAF) acessar via Internet (WEB) a verificação dos indicadores e informações especificados no CONTRATO DE GESTÃO. Caberá à **CONTRATADA** providenciar os equipamentos de informática e a instalação da rede de informática, bem como a aquisição de sistemas (se o município não o fornecer) e programas e o encaminhamento dos relatórios à Comissão de Avaliação e Fiscalização (CAF);

6.18.1. A **CONTRATADA** encaminhará à Secretaria da Saúde – SS, mensalmente, até o 15º dia do mês subsequente, as informações referentes às atividades assistenciais realizadas.

6.18.2. Nos relatórios de atividade deverão vir especificados os bens permanentes adquiridos e aqueles recebidos em doação ou outras formas, com as respectivas notas fiscais e o local de uso dos mesmos dentro da unidade.

6.19. A unidade de saúde é parte integrante do SUS, para tanto



a **CONTRATADA** deverá adequar-se a ele, devendo participar das práticas educativas de Educação Permanente através dos projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria da Saúde, bem como à Política de Integração Ensino e Serviço da Secretaria da Saúde, que inclui os programas de estágio, residência médica, residência multiprofissional, internato, programas estes destinados às Instituições de Ensino com cursos de nível técnico, graduação, pós-graduação e outras modalidades de formação, adequando-se às normas da Secretaria da Saúde. Deverá disponibilizar os profissionais necessários para a execução dos programas, como preceptores, supervisores, técnicos, entre outros, conforme se fizer necessário.

6.20. Deverá fornecer Alimentação ao paciente, incluída a assistência nutricional e alimentação enteral;

6.21. Garantir acompanhante aos usuários de acordo com legislação vigente, com direito a alojamento e alimentação aos acompanhantes dos pacientes que estão em observação;

6.22. Deverá garantir a lavagem, esterilização (se necessário), a guarda e distribuição dos materiais necessários na Unidade de Saúde;

7. OBRIGAÇÕES LEGAIS E CONTRATUAIS

7.1. A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO deverá possuir, no mínimo, as seguintes atividades:

- a) Comissão de Ética Médica;
- b) Comissão de Ética de Enfermagem;
- c) Comissão de Análise e Revisão de Prontuários;
- d) Comissão de Verificação de Óbitos;
- e) Comissão de Gerenciamento de Riscos;
- f) PGRSS – Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde
- g) Comissão de Farmacoterapia;
- h) Comissão de Núcleo Interno de Segurança;
- i) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
- j) Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT);
- k) Plano de Contingência para Atendimento de Múltiplas Vítimas;
- l) Conselho Gestor da Unidade.



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 15:29:50
-03'00'

7.2. Garantir em exercício na Unidade de Saúde quadro de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, e quantitativo compatível para o perfil da unidade e os serviços previstos. Deverá obedecer às Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério da Saúde – MS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, especialmente a NR 05 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), a NR 32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde e a NR 04 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), assim como as Resoluções dos Conselhos Profissionais e toda legislação vigente e pertinente à Unidade de Saúde;

7.2.1. A equipe mínima que deverá estar presente em cada plantão deverá ser:

PROFISSIONAL	QUANTIDADE MÍNIMA
Médico Clínico	4 dia/ 3 noite
Médico Pediatra	3 dia/ 2 noite
Médico Ortopedista	1 dia/ 1 noite
Cirurgião Dentista	1 dia/ 1 noite
Assistente Social	1 dia (8h às 20h)
Plantão administrativo	1 dia/ 1 noite
Enfermeiro	5 dia/ 5 noite
Auxiliar/ Técnico Enfermagem	20 dia/ 20 noite
Farmacêutico	2 dia/ 1 noite
Prático/ Atendente Farmácia	3 dia/ 2 noite
Auxiliar de Saúde Bucal	1 dia/ 1 noite
Técnico de Imobilização Ortopédica	1 dia/ 1 noite
Técnico de Radiologia	2 dia/ 1 noite
Nutricionista	1 dia

Quantitativos previstos para plantões de 12h

7.2.2. A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO deverá manter um plano de contingência para atendimento na fase de sazonalidade.

7.3. A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO deverá possuir um responsável técnico em cada especialidade técnica de acordo com a legislação do respectivo conselho de classe, incluindo registro no mesmo;



VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital por
VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 15:30:00
-03'00"

7.4. A equipe médica deverá ser disponibilizada em quantitativo suficiente para o atendimento dos serviços e composta por profissionais das especialidades exigidas, possuidores do título ou certificado da especialidade correspondente, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (Resolução CFM nº. 1634/2002).

7.5. O Responsável Técnico deverá estar presente na Unidade minimamente 30 horas semanais em horário comercial.

7.5.1. O Responsável Técnico deverá estar presente na Unidade minimamente 30 horas semanais em horário comercial.

7.6. Responsabilizar-se pelo processo de administração direta da Unidade, envolvendo:

7.6.1. Contratação e gestão do pessoal necessário à operação da Unidade;

7.6.2. Checagem e confirmação da habilitação dos profissionais que prestam serviços junto aos respectivos Conselhos de Classe;

7.6.3. Efetivação dos processos de compra de materiais e insumos necessários à operação da Unidade;

7.7. A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO poderá dispor de voluntários desde que atenda as legislações vigentes.



VALERIANO JOSE DE
FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital por
VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 15:30:11 -03'00'

ANEXO II

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

I - REGRAS E CRONOGRAMA DO SISTEMA DE PAGAMENTO - Com a finalidade de estabelecer as regras e o cronograma do Sistema de Pagamento, ficam estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:

1. A atividade assistencial quantitativa da **CONTRATADA** deverá ser conforme especificação e quantidades relacionadas no **ANEXO I**;
2. O montante do orçamento econômico-financeiro da UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO TABOÃO para o CONTRATO DE GESTÃO, por 36 (trinta e seis) meses e é estimado em **R\$ 62.490.799,80 (Sessenta e dois milhões, quatrocentos e noventa mil, setecentos e noventa e nove reais e oitenta entavos)**, sendo que o repasse previsto por mês será de acordo com as atividades pactuadas (previsão de variação na meta quantitativa de atendimento de Urgência e Emergência), para tal a previsão é de acordo com o cronograma de desembolso que segue:

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO		
Competência	Valor previsto (em R\$)	Valor previsto para investimento (em R\$)
1º Mês 21/12/21 à 31/12/21	R\$ 578.618,52	R\$ 10.500,00
2º Mês	R\$ 1.735.855,55	
3º Mês	R\$ 1.735.855,55	
4º Mês	R\$ 1.735.855,55	
5º Mês	R\$ 1.735.855,55	R\$ 10.500,00
6º Mês	R\$ 1.735.855,55	
7º Mês	R\$ 1.735.855,55	
8º Mês	R\$ 1.735.855,55	
9º Mês	R\$ 1.735.855,55	R\$ 10.500,00
10º Mês	R\$ 1.735.855,55	
11º Mês	R\$ 1.735.855,55	
12º Mês	R\$ 1.735.855,55	
13º Mês	R\$ 1.735.855,55	R\$ 10.500,00
14º Mês	R\$ 1.735.855,55	
15º Mês	R\$ 1.735.855,55	
16º Mês	R\$ 1.735.855,55	
17º Mês	R\$ 1.735.855,55	R\$ 10.500,00

18º Mês	R\$ 1.735.855,55	
19º Mês	R\$ 1.735.855,55	
20º Mês	R\$ 1.735.855,55	
21º Mês	R\$ 1.735.855,55	R\$ 10.500,00
22º Mês	R\$ 1.735.855,55	
23º Mês	R\$ 1.735.855,55	
24º Mês	R\$ 1.735.855,55	
25º Mês	R\$ 1.735.855,55	R\$ 10.500,00
26º Mês	R\$ 1.735.855,55	
27º Mês	R\$ 1.735.855,55	
28º Mês	R\$ 1.735.855,55	
29º Mês	R\$ 1.735.855,55	R\$ 10.500,00
30º Mês	R\$ 1.735.855,55	
31º Mês	R\$ 1.735.855,55	
32º Mês	R\$ 1.735.855,55	
33º Mês	R\$ 1.735.855,55	R\$ 10.500,00
34º Mês	R\$ 1.735.855,55	
35º Mês	R\$ 1.735.855,55	
36º Mês 01/12/24 à 20/12/24	R\$ 1.157.237,03	
Total	R\$ 62.490.799,80	

3. Os pagamentos à **CONTRATADA** dar-se-ão na seguinte conformidade:

3.1. 90% (noventa por cento) do valor mencionado no item 02 (dois) serão repassados vinculado a avaliação de meta quantitativa descrita no **ANEXO I** e sua valoração;

3.2. 10% (dez por cento) do valor mencionado no item 02 (dois) serão repassados vinculado a avaliação de metas qualitativas descritas no **ANEXO I** e sua valoração;

3.3. A avaliação será realizada quadrimestralmente, podendo gerar um ajuste financeiro a menor nos meses subsequentes, dependendo do percentual de alcance dos indicadores.

4. Visando o acompanhamento e avaliação do CONTRATO DE GESTÃO e o cumprimento das atividades estabelecidas para a **CONTRATADA** no **ANEXO I**, a mesma deverá encaminhar mensalmente até o dia 15 a documentação informativa



VALERIANO JOSE DE
FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital por
VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 15:30:30 -03'00'

das atividades assistenciais realizadas conforme modelo aprovado pela **CONTRATANTE**.

5. Na hipótese de impossibilidade, por parte da **CONTRATADA**, de cumprimento das metas estipuladas no presente CONTRATO DE GESTÃO e seus anexos, tendo como única e exclusiva a inexistência de demanda suficiente para atingir os parâmetros contratualmente fixados, não haverá descontos nos pagamentos devidos, desde que os dados e informações que atestarem a não ocorrência de demanda sejam examinados, aprovados e validados pela **CONTRATANTE**.

6. Da análise referida no item anterior, poderá resultar uma repactuação das quantidades de atividades assistenciais ora estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, efetivada através de Termo Aditivo ao CONTRATO DE GESTÃO.

II - SISTEMÁTICA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

Com a finalidade de estabelecer a sistemática e os critérios de pagamento, ficam estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:

1. AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE **(Parte Variável do Contrato de Gestão – 10%)**

1.1. Os valores percentuais apontados no **ANEXO I** sobre os **Indicadores de Qualidade**, referente a cada um dos indicadores serão utilizados para o cálculo do valor variável a ser pago. Os ajustes dos valores financeiros decorrentes dos desvios constatados serão efetuados nos meses subsequentes aos períodos de avaliação, que ocorrerão **EM REGIME QUADRIMESTRAL**.

2. AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS DESVIOS NAS QUANTIDADES DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL **(Parte Fixa do Contrato de Gestão – 90%)**

2.1. Os ajustes dos valores financeiros decorrentes dos desvios constatados serão efetuados nos meses subsequentes aos períodos de avaliação, que ocorrerão **EM REGIME QUADRIMESTRAL**.



2.2. A avaliação e análise das atividades quantitativas da **CONTRATADA** serão efetuadas conforme explicitado na Tabela que se segue:

TABELA I – Tabela para pagamento da atividade realizada conforme percentual de volume contratado:

ATIVIDADE REALIZADA	VALOR A PAGAR
Acima do volume contratado	100% do peso percentual da atividade de urgência e emergência
Entre 85% e 100% do volume contratado	100% do peso percentual da atividade de urgência e emergência
Entre 70% e 84,99% do volume contratado	90% do orçamento destinado à atividade de urgência e emergência
Menos que 70% do volume contratado	70% do orçamento destinado à atividade de urgência e emergência



VALERIANO JOSE DE
FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital por
VALERIANO JOSE DE FREITAS
NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 15:31:03 -03'00'



SECRETARIA DA SAÚDE
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE
DIVISÃO ADMINISTRATIVA DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES
SEÇÃO TÉCNICA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Folha	
PA	35.959/2020
Rubrica	

ANEXO DO CONTRATO III

DESTINAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Este ANEXO será parte integrante do CONTRATO DE GESTÃO, e será composto pela planilha financeira apresentada pela entidade nos termos do Anexo VI do EDITAL.

VALERIANO JOSE
DE FREITAS
NETO:43820549587

Assinado de forma digital
por VALERIANO JOSE DE
FREITAS NETO:43820549587
Dados: 2021.12.21 15:31:21
-03'00'